

Geopolítica da crise do capital: dez considerações sobre o golpe e a inflexão ultraneoliberal na periferia capitalista

Geopolitics of capital's crisis: ten considerations about the coup de Etat and the ultraneoliberal inflexion on the capitalist periphery

Thiago Canettieri e Bernardo Neves*

Resumo

O presente artigo é uma experimentação de abordagem para a conjuntura contemporânea. Os autores delineiam, a partir da contradição intrínseca à acumulação conforme apresentado por Marx, o seu próprio desdobrar vai colocando em xeque os mecanismos de mediação intersubjetiva construídas por décadas a fio, levando a uma crise interna que, ao mesmo tempo, se converte em forma de governabilidade. Para tanto, uma série de espelhos e fumaças são colocados para tapar o buraco da acumulação, aparecendo a forma mais exteriorizada e fetichizada do capital, o capital fictício, como ator primordial neste momento que implica numa forma específica de gestão pública que se tornou conhecido pela alcunha de neoliberalismo. Entretanto, isto não surtiria efeito se não viesse acompanhado de um determinado tipo de agenciamento dos desejos de cada indivíduo. Essa dupla determinação, sociedade e indivíduo dá origem a formas específicas de guerras: impulso (nem tão) secreto da civilização do capital, que ajuda ser compreendido desde a expansão ultramarinas do século XV que conformaram a geopolítica do mundo séculos depois numa cisão entre colônias e impérios. Esta é, para os autores, a chave para interpretar os golpes que acometem o mundo de hoje. Quando uma crise secular do valor aparece no horizonte, não é de se estranhar que as amarras da acumulação se apertem ainda mais forte.

Palavras-chave: Geopolítica; Crise; Golpe; Limite do Capital

Abstract

The present article is an experimentation of approach for the contemporary conjuncture. The authors delineate, from the intrinsic contradiction to accumulation as presented by Marx, his own unfolding is putting in question the mechanisms of intersubjective mediation built for decades on the wire, leading to an internal crisis that, at the same time, becomes a form of governance. To do this, a series of mirrors and smokes are placed to cover the hole of accumulation, appearing the most externalized and fetishized form of capital, the fictitious capital, as the primary actor at this moment that implies a specific form of public management that became known by the nickname of neoliberalism. However, this would have no effect if it were not accompanied by a certain type of agency of the desires of each individual. This double determination, society and individual, gives rise to specific forms of wars: the (not so) secret thrust of the civilization of capital, which helps to be understood since the overseas expansion of the fifteenth century that shaped the geopolitics of the world centuries later in a split between colonies and empires. This is, for the authors, the key to interpreting the blows that affect the world today. When a secular crisis of value appears on the horizon, it is not surprising that the bonds of accumulation tighten even stronger.

Keywords: Geopolitics; Crisis; Coup; Capital Limits

Contradição

A acumulação de capital é resultado da exploração do tempo de trabalho. Essa é uma tese fundamental que aparece n'O Capital, de Karl Marx (2013). Ou seja, o lucro do detentor dos meios de produção vem do fato de que o custo da reprodução daqueles pobres diabos despossuídos dos seus meios de sobrevivência e que, portanto, não tem outra opção do que vender sua força de trabalho, dispêndio de cérebro, nervos e músculos, é menor do quanto de valor colocam nas mercadorias. Por determinações alheias a eles próprios – o direito moderno, por exemplo –, seu contrato obriga-os a trabalhar por mais tempo. Esse tempo de trabalho excedente, Marx, chamou de mais-valor, se deriva o lucro. Marx, descobria assim, o que os mais bem-intencionados dos economistas liberais nunca puderam ver, ofuscados pela expressão fenomênica mais superficial das trocas.

Mas, Marx vai mais longe, desdobrando esse processo sobre ele mesmo a fim de escavar a determinação lógica que a subjaz.

Ao fazer isso, o alemão vai descrevendo a tendência ensandecida da acumulação de acumular mais em nome de mais acumular. Marx (2011), nos seus rascunhos de nove anos antes de publicar O Capital, já sabia da tendência “sempre expansível do capital”. Tautologia bruta e cega que movimenta esse sujeito automático ao organizar todo o nexos social.

Ora, mas como alcançar tal objetivo redundante no mundo concreto? Marx descreve duas formas que possuem consequências derradeiramente diferentes. A primeira se refere ao mais-valor absoluto. Ele é simplesmente o aumento do tempo excedente do dispêndio de força de trabalho, seja reduzindo o custo da força de trabalho, seja aumentando o expediente. Entretanto, essa “estratégia” é limitada pela luta de classes – a organização dos trabalhadores, ao longo da história, se opôs a redução dos salários e ao aumento do expediente. Mesmo que essa prerrogativa não fosse verdadeira, seria impossível aumentar o mais-valor absoluto para além das vinte e quatro horas de um dia – isso se fosse possível uma produção direta ao longo de todo o dia, sabemos que o ser humano ainda precisa de tempo de descanso e de satisfazer determinadas necessidades fisiológicas – ainda, uma vez que o mercado, tanto de bebidas energéticas como de cocaína cresceram nestas duas décadas do século XXI.

Para contornar, não sem contradições, tal situação, outro estrategema foi lançado mão. Marx chamou-o de mais-valia relativa. Isso, porque, o ganho de aumento do mais-valor não vem diretamente pelo tempo excedente do trabalhador dispendido, mas de um aumento de produtividade. O aumento de produtividade faz com que o trabalhador produza mais mercadorias no mesmo tempo, o que reduz a massa de

valor mobilizada em cada mercadoria individualmente, mas que, pelo volume da produção, é compensada.

Aí está a forma pela qual acontece a verdadeira universalização do capital: existiria, portanto, uma tendência interna ao desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, da progressiva automação do processo de produção. Pressionados pela lei coercitiva da concorrência entre os capitais individuais que se digladiam pela sobrevivência, o investimento no ganho de produtividade é inevitável. Essa tendência de automação Marx denominou como o processo secular de aumento da composição orgânica, em que os capitais individuais passam a ter um gasto cada vez menor com o trabalho vivo. Em contrapartida, o investimento nas áreas de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) entre 1985 e 2010 mais do que dobra nos Estados Unidos e, nos outros países do G7 têm um crescimento superior a 50% do que era investido no ano-base. Estes, juntamente com as empresas de tecnologia, se tornaram os principais setores da economia.

Todo este processo escancara uma contradição: a economia do capital se baseia numa redução do emprego do trabalho vivo – ou, se preferir, o termo marxiano é uma tendência de elevação da composição orgânica do capital. A preocupação com essa tendência acomete até a grande imprensa que parece não cansar de martelar nas suas manchetes. Seja na capa da revista Time, de 24 de Fevereiro de 1961 (The automation jobless) ou no caderno de economia do jornal O Globo, de 18 de Janeiro de 2017 (Tecnologia ameaça 63% das vagas de trabalho do mundo).

Não seria de se surpreender que, neste cenário, alguns setores bem diferentes do carro-chefe da quarta revolução industrial não atenuassem o crescimento – ou, pelo contrário, até conseguissem marcar alguns pontos no crescimento. No mesmo impulso que se investe mais e mais nos ganhos de produtividade pela automação, é preciso ter em conta toda uma gama de setores de baixa composição orgânica que sustentam a circulação do capital total com mais-valor excedente. Se de um lado temos uma dronetização da economia, por outro, a superexploração da força de trabalho não saiu da ordem do dia.

Dentre estes, parece-nos destacar a construção civil. A atividade do setor da construção civil – mesmo com o impulso da revolução tecnológica e da microeletrônica – ainda perpetua como um setor trabalho intensivo. Ou seja, é um setor que absorve muito trabalho vivo. O arquiteto Sérgio Ferro (2008) em diversas ocasiões ressaltou o caráter quase manufatureiro da construção civil que obriga a ampla contratação de empregados. Isso, segundo ele, é o que permitia o escoamento da mais-valia global, extraída nesse setor, irrigar todos os outros. Mais recentemente, esse argumento aparece de maneira mais desenvolvida na obra de David Harvey

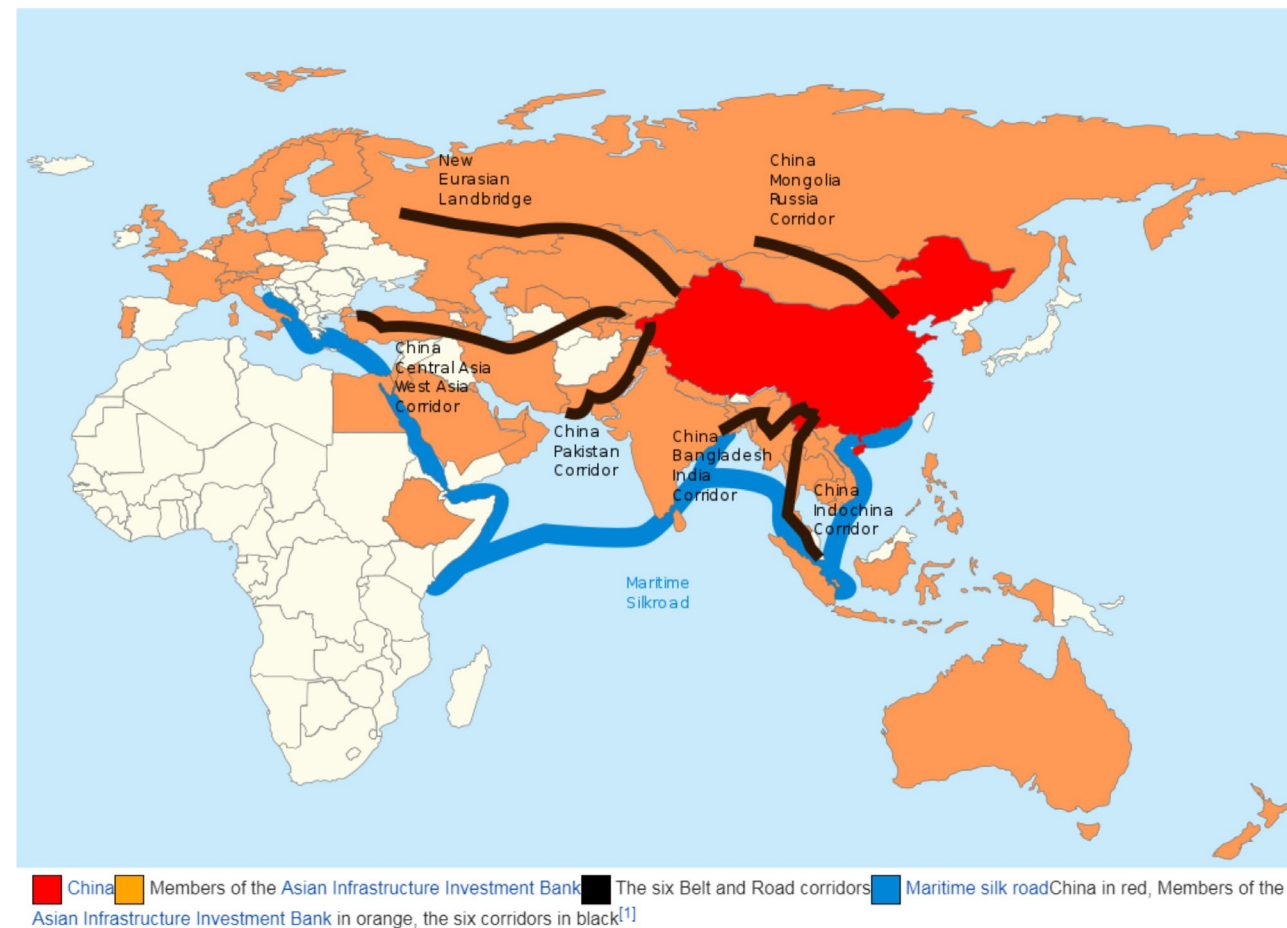
(1989).

Não se trata apenas de uma constatação teórica. Basta ver o otimismo no qual permeia o crescimento da urbanização no mundo como salvaguarda – a produção do ambiente construído é uma prática que emprega muita mão de obra, mobiliza muitos recursos e com altos períodos de amortização. A empresa Turner & Townsend, uma transnacional da construção, vê o futuro da economia alicerçado na construção civil – o forecast publicado em 2017 da empresa prevê um aquecimento deste setor, com crescimento por volta de 3% ao ano. Dentre esses crescimentos seria um disparate esquecer de ressaltar a China. Um país com dezenas de metrópoles costeiras que ultrapassam o patamar de dez milhões de habitantes. Isso justifica o fato da importância do setor da construção civil no país – a Companhia Estatal de Construção e Engenharia da China teve um crescimento de 27% só em 2010 (ano de crise generalizada no mundo, lembremo-nos) e hoje mantém atuação em dezenas de países. Desde 2009, a China tem consumido próximo de 50% do cimento produzido no mundo. É um monstro urbanizador – assentado no emprego de ampla mão de obra.

Uma rápida conferida no mapa-mundi ajuda a entender esta dinâmica: China, a maior população do mundo, rumo aos 1,4 bilhão de habitantes, possui - no final do ano de 2017 – taxa de urbanização de 58,5%. Ou seja, ainda há muito espaço para onde puxar a urbanização. Não obstante seu potencial interno, os chineses vêm investindo em obras de transporte, energia e telecomunicações em pontos estratégicos ao longo de toda a Nova Rota da Seda [1]. Por mais que a China seja a atual campeã da urbanização mundial, outros países a acompanharam na última década: Rússia, Índia e Brasil. Todas economias emergentes dos chamados BRICS. A pesquisa de Perobelli, Cardoso, Campos e Vale (2016) referente a avaliação do setor da construção civil nas principais economias mundo constata o seguinte: embora as economias de Brasil, Rússia, Índia e China não tenham a mesma integração constante termos de aquisição de insumos, como a de venda de bens dos países desenvolvidos, entre 1996 e 2009, esses foram os países que mais conseguiram ampliar o setor da construção civil. O crescimento econômico destes países é sinal de que a extração de mais-valor excedente de setores de baixa composição orgânica, especificamente da urbanização, ainda se sustenta como linha de fuga de produção de valor de economias emergentes.

Entretanto, em um mundo finito, chegará o tempo em que tal tática se esgotará. O avançado estágio de urbanização dos países desenvolvidos, 80% em média, somado à queda de suas taxas de natalidade, são fatores constituintes de uma gradativa queda das taxas de urbanização proporcionalmente acompanhadas da queda das taxas de crescimento econômico. Mecanismos paliativos que visam adiar o colapso – que beiram o surrealismo, como a construção de ilhas artificiais

Fig 1. The Belt and Road Initiative (BRI).
Fonte: en.wikipedia.org/wiki/Belt_and_Road_Initiative



1. Ainda não há um consenso quanto à tradução do nome. Em inglês as duas principais denominações são The Belt and Road Initiative (BRI), ou a sua versão mais próxima do chinês, One Belt One Road (OBOR).

2. Jornal oficial do Partido Comunista da China. O Diário do Povo disponibiliza conteúdo em 16 idiomas, e desde 2015 difunde conteúdos em português.

com casas de veraneios para super-ricos – não são suficientes para dar continuidade ao ciclo de urbanização mundial. Embora a China ainda seja o oásis mundial da urbanização, sua produção está a todo vapor e logo resfriará. Segundo o portal Diário do Povo [2] (2018) a população urbana da China atingiu no ano passado a marca dos 813,47 milhões de habitantes urbanos, o crescimento no ano de 2017 foi análogo à população da Região Metropolitana de São Paulo, 20,5 milhões de chineses migraram de zonas rurais para cidades, 1,17% da população em apenas um ano. O próximo oásis mundial da urbanização será naturalmente a Índia, com um potencial de urbanização de aproximadamente 65% de sua população.

Esta conjuntura força as potências ocidentais a um impasse. Se partirmos do pressuposto de que o motor da economia é a grande indústria e o destino da grande indústria é a urbanização – e aqui é necessário deixar claro que urbanização

não significa simplesmente amontoar pessoas em unidades habitacionais em alta densidade, a urbanização passa pela eletrificação da vida cotidiana, saneamento, tratamento de água, acesso a toda sorte de equipamentos urbanos como escolas, hospitais, etc., em última instância, implica no aumento dos índices de educação, expectativa de vida, queda das taxas de mortalidade infantil, acesso a empregos melhores, à maior oferta de produtos e informações, e por aí vai –, logo veremos que, se os capitais otocentrados pretendem continuar seu ciclo de expansão financeira no presente século, em um ritmo pelo menos comparável ao que tiveram nos séculos XIX e XX, terão de levar seu aparato produtivo para o mundo não-todo urbano, a saber, a África.

Dissolução

A sociedade do capital já se debate diante dos limites que apontam no horizonte. Se não há urbanização, não há grande indústria, consequentemente não há empregos, pelo menos não como os que conhecemos. Entra em curso a dissolução, numa dialética transtornada que da paisagem ruiforme do velho não se desprende nada de novo.

Seja o limite de espaço do mundo finito em que vivemos (e aí, toda sorte de imaginação interestelar da vazão para os sonhos de colonizar outros mundos) ou seja o limite da racionalidade do capital, que se empenha em aumentar – mesmo irracionalmente – a produtividade por meio de automação até mesmo de setores como da construção civil.

Ironia refinada que seja a China e o Brasil que estão encabeçando a nova onda de automação da construção civil: Na reportagem do The Guardian, de 29 de abril de 2014, são apresentados aos jornalistas o protótipo da primeira construção feita 100% automatizada, em que até 10 casas-padrão podem ser “impressas” em um dia – o custo, entretanto, àquela época eram altíssimos. Agora, no Brasil, tal iniciativa é comandada pela empresária paulistana, de 25 anos, Anielle Guedes. Conforme veiculado na revista do mês de Julho de 2018 da companhia aérea Gol, ela comanda uma startup que pretende construir habitações usando impressão 3D e outras tecnologias. O objetivo já é possível deduzir: reduzir os custos da construção civil em 80%.

Fica às claras como o capital carrega uma contradição interna e irremediável que obriga-o, a cada novo desenvolvimento das forças produtivas, aumentar a produtividade ao custo de solapar a substância do valor, o trabalho. A automação da produção que se eleva historicamente realiza, na prática, o que Marx antecipou teoricamente: a generalização do desemprego.

A sociedade capitalista organizada a partir da mais-valia relativa, na verdade, é uma sociedade que generaliza o desemprego. Desde meados dos anos 1970 já se observa um “ciclo independente de desemprego em massa, que tem crescido de forma quase autônoma em relação aos ciclos conjunturais” (KURZ, 2018, p.61). Não se trata mais de uma superpopulação relativa, como uma vez referiu Marx, mas uma massa insolúvel de “não-mais-empregáveis”: uma superpopulação absoluta.

Desde o final do século XX os economistas já debatiam o avanço do desemprego. O trabalho de de Bean, Layard e Nickell (1986), mostram como as economias avançadas europeias já indicavam essa tendência devido, exatamente, as alterações no sistema produtivo e a implementação do regime de acumulação flexível. Hoje, três décadas depois, o fantasma do desemprego não foi exorcizado, mas acabou aumentando assombrosamente. Hoje o desemprego dos jovens cresce a ritmos galopantes (em algumas nações, o número já chegou a 50%) e, em especial, o desemprego cresce principalmente entre os de maiores níveis educacionais. Os pobres sem educação formal são sujeitos a toda sorte de trabalho precário, informal, de alta periculosidade ou, até mesmo trabalho escravo. Até a Organização Internacional do Trabalho (OIT) compartilha da preocupação.

Algumas consequências imediatas podem ser extraídas: i) o processo de dessubstancialização do valor, que se torna cada vez mais fictício; ii) o impacto no poder de compra da população, que implode o pacto fordista e, em seu lugar, coloca uma sociedade securitária endividada até o último fio de cabelo; iii) realiza o que Marx teorizou como a Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro, que se torna evidente a cada passo à frente; iv) uma experiência subjetiva danificada, em que os indivíduos que foram sociabilizados pela forma do emprego já não o encontram. A resultante desta crescente inversão de expectativas em um cotidiano de mal-estar e angústias que se generalizam é a popularização da ansiedade e suas insônias, da depressão, e desta que talvez seja a mais devastadora das passagens ao ato: o suicídio.

Diante disso tudo, não restam dúvidas que a sociedade ocidental está em crise.

Crise

Crise. Uma palavra quase mágica que infesta discursos políticos – mais ainda em épocas de eleição –, report técnicos e manchetes de jornal, além de, é claro, estar na boca do povo. Muita coisa se refere a crise econômica e cada um, dentro do amplo espectro político, tem uma solução para testar.

A crise é indubitável. Ela já está aí e se faz sentir na esfera cotidiana. E já está

desde muito tempo, afinal, Marx já havia formulado que o modo de produção do capital é um sistema crítico. Na verdade, crise e normalidade se confundem. “[...] estado de crise que se normaliza, [...] durável como estado normal” – diz-nos Henri Lefebvre (1978, p.214).

A crise, a nosso ver, tem que ver com este processo de dissolução das bases sociais pelas quais ocorrem as mediações sociais no capitalismo, resultante dos conflitos internos dessa forma social. Portanto, não seria errado afirmar que a crise é uma parte imanente do capital. O conceito daquele está pressuposto no conceito deste. Assim, em um nível mais fundamental, a crise estaria ligada às contradições do desdobramento da forma do capital, não correspondendo imediatamente aos momentos extraordinários em que o capital se desvia da sua linha de crescimento. Crise, aqui, deve ser entendida, como a expressão das contradições do capital. Na verdade, Marx (2017, p.316), no livro III d'O Capital, já se referia como o único e verdadeiro obstáculo à produção e reprodução do capital é o próprio capital. Adotando tal perspectiva, Robert Kurz via este movimento como contraditório do capital fadado a esbarrar num limite interno. E não lhe faltavam evidências de que isso já estava ocorrendo. A análise de Kurz sobre as alterações nos processos produtivos e seus impactos na dinâmica do capital são fundamentais, muito embora sejam, evidentemente por demais otimistas: Kurz achava que o capital já estava moribundo. Parece-nos que não é bem verdade.

Diante da experiência que o século XXI propiciou, cremos ser mais seguro pensar em um limite infinito do capital que já não se preocupa com sua própria dessubstancialização ou com os frangalhos que a sociedade do trabalho se tornou. Essa é a infinidade espúria do capital.

Assim, é muito mais digno da tremenda dificuldade de entender o tempo presente entender a crise como algo que veio para ficar. Mais ainda, a crise passa a ser uma forma de gerência do próprio colapso que, por conta dela, é justificada todo tipo de medida. Crise, propomos, não se circunscreve apenas a um fato econômico isolado – ela é, sob o capitalismo tardio uma técnica de governo biopolítico. No ensaio de ironia refinada o coletivo Comitê Invisível (2016, p.19) diz: “a crise intervém como método político de gestão das populações”. Um dos métodos mais eficientes já que obriga a todas e todos ao indigno trabalho do Sísifo contemporâneo, sustentar, com o próprio corpo a crise que, dia após dia, não cessa de não acabar.

Ficção

Diante da crise sempre presente, da contínua dessubstancialização do valor do capital e da deterioração da capacidade de compra, algumas estratégias são convocadas para permitir a acumulação ocorrer. Dentre elas está a ascensão e a

consolidação da hegemonia da dominância do capital portador de juros como força primordial deste momento do capital. É interessante notar que isso já havia sido antevisto pelo próprio Marx (2017) que, no livro III, descreveu essa tendência.

Não haveria outra forma de não ser. A constante desubstancialização do capital encaminha para uma forma de riqueza que Marx chamou de fictícia, expressão mais exteriorizada e fetichista da riqueza, em que a expressão fenomênica realiza o sonho do capital: dinheiro que se transforma em mais dinheiro automaticamente, a expressão sublime e divina D-D', que se deixa prescindir do termo que medeia os dois polos qualitativamente iguais, mas quantitativamente diferentes.

Daí o sonho utópico do capital de operar em um universo espacial desprovido de atritos (alcançado em larga medida com a mobilidade do dinheiro virtual). Isso não torna irrelevante o papel das diferenças geográficas, e sim aguça sua importância pois agora o capital-dinheiro pode se deslocar sem custo para explorar todos os espaços (HARVEY, 2018, p.132).

Marx acreditava que essa acumulação era uma ficção pois insistia na posição de que a substância do valor é o trabalho humano e que, portanto, acumulações fora do circuito da produção não poderiam se sustentar por muito tempo, por se tratar de capital desubstancializado, carente de sentido. Em outras palavras, gigantes com os pés de barro. Há alguma verdade nisso, senão não haveria ocorrido crises do setor financeiro cada vez mais intensas e mais próximas uma das outras (para citar apenas aquelas reconhecidamente como crises gigantescas, ficamos com os exemplos do século XX e XXI: 1929, 1970, 2001, 2009). Entretanto, Marx nem desconfiava do grau de fetichismo que a sociedade capitalista podia se enveredar.

A nossa situação hoje é uma reedição dos arcaísmos mais primitivos, embora esteja toda ela transvestida de ciência econômica. Os seus clérigos, não usam vestimentas espalhafatosas, mas terno e gravata. Não usam facas sacrificiais, mas um laptop. O mundo só se sustenta ainda hoje, a despeito das crises, por conta desta ficção, do capital que se autovaloriza automaticamente: eis, assim, o conteúdo mais profundo de uma sociedade do espetáculo, como Guy Debord (1997) já, intuitivamente, descrevia nos final dos anos 1960.

Hoje o capital portador de juros, a versão mais fetichista e exteriorizada do capital, comanda o mundo. O grau de autonomização do dinheiro, provavelmente, surpreenderia até mesmo Marx. Isso significou um reescalamento de suas categorias para captar este momento em específico. A hegemonia do capital portador de juros domina o mundo todo. Do setor produtivo à vida cotidiana, passando, é claro, pelos Estados-nacionais, estão tudo subsumidos à esta forma específica que melhor

representa o poder dos endinheirados financistas internacionais, dos grandes banqueiros e dos especuladores.

Vale reter que não há nada de excepcional disso. Marx, desde o final do século XIX, já conseguia intuir os rumos que a reprodução ampliada deveria tomar em sua irracionalidade contraditória característica: o capital portador de juros aparece no livro III como uma das metamorfoses finais do capital. Ou seja, não há qualquer erro no processo. Conforme nos diz Robert Kurz (2003, s.p.), destacando a ingenuidade da “ideia que poderia haver uma rápida prosperidade do “trabalho produtivo” honesto sem o “vampiresco” capital que rende juros é pura ideologia baseada na mentalidade de pequena empresa.” Entretanto, restou demonstrado desde Marx que a forma fictícia do capital é uma necessidade, um desdobramento lógico.

Essa hegemonia foi sendo construída historicamente, ao longo do próprio desdobrar das formas sociais do capital. Por exemplo, o que comentamos anteriormente, do aumento de produtividade que reduz os postos de trabalho formais em todo o mundo provoca, concomitante, o endividamento dos indivíduos. Estando cada vez mais precarizados e recebendo uma participação decrescente da renda produzida, o endividamento tem sido a única saída possível para a reprodução da vida. Este é, segundo Lazzarato (2017), o instrumento mais avançado para o exercício da dominação social. Mas, como processo contraditório que é, mesmo sua forma mais avançada de dominação não deixa de apresentar riscos à acumulação fictícia, preocupando até mesmo o FMI.

Assim, o percurso não é outro senão o endividamento de tudo e todos. Dos estados, das empresas e dos indivíduos.

Austeridade

Dado o endividamento e o contexto de crise sempre iminente, parece não haver outra forma de governabilidade que não a austeridade. E aí, até o mais liberal se rende ao poder do Estado austero de “distribuir” no conjunto da sociedade os custos desta fanfarra da acumulação fictícia.

Torna-se cada vez mais comum entre os políticos – e os think thanks midiáticos que os apoiam – a vocalização das ideias de um ajuste fiscal, o controle das contas públicas e a redução dos custos. Entretanto, como toda a história até aqui, a história da austeridade também é talhada pela luta de classes.

A defesa da contenção das despesas é, evidentemente, muito bem arranjada na mídia e no discurso para colar entre a população. Este discurso foi construído paulatinamente com o lançamento das bases para o neoliberalismo que lança mão

de arrocho sobre a maioria da população para preservar a apropriação privada das riquezas produzidas por uns poucos. Assim, foi, talvez, com o governo Carter que essa dimensão ganhou corpo quando rejeitou uma estratégia que envolvia ampliar o controle público sobre os mercados de capitais para adotar uma postura de austeridade – que favoreceu o oligopólio financeiro de Wall Street (BASTOS, 2015; ANDERSON, 1995).

O chamado Consenso de Washington tratou de internacionalizar o modelo desenvolvido por Reagan e Thatcher do neoliberalismo, atendendo aos interesses de burguesias que seriam favorecidas pelo corte de impostos e pela privatização de empresas públicas. E nos lugares que houvesse qualquer dificuldade em sua imposição, a ditadura como a de Pinochet foi a solução. O mesmo programa foi rapidamente implementado nos países em transição do socialismo real por meio de terapias de choque que provocaram grande deslocamento social e enorme crise econômica. Depois da crise de 1997, as reformas neoliberais foram finalmente impostas aos países da Ásia em desenvolvimento, tendo avançado lentamente nessa região até então. Região após região, a crise financeira é a parceira do neoliberalismo e de sua extensão globalizante. Em seguida, o próprio programa neoliberal produz novas crises financeiras e, com elas, novas pressões contra a intervenção e o gasto público, em um círculo vicioso que pode estar nos levando, hoje, a um estado de austeridade permanente de caráter global (BASTOS, 2015).

Neste sentido, vale citar as palavras de Robert Kurz (2012, s.p.):

O “sucesso” da revolução neoliberal consistiu, como é sabido, na criação de bolhas financeiras sem precedentes, que alimentaram conjunturas globais de déficit durante mais de uma década.

Quando o crash financeiro de 2008 pôs fim a essa época a ressaca foi grande. Os governos europeus, com a grande coligação alemã à frente, deleitaram-se descaradamente a passar as culpas aos EUA e à doutrina neoliberal, como se eles próprios não tivessem imposto essa política. Durante algum tempo parecia haver agora dos dois lados do Atlântico uma viragem para o modelo europeu, com pacotes de resgate públicos e programas de estímulo econômico. Mas rapidamente se revelaram os limites do financiamento estatal na forma de crises de dívida soberana. A velha disputa volta a entrar em ebulição, mas agora com os papéis trocados: pelo menos na aparência, os EUA e a sua elite econômica preferem apostar no estímulo estatal, a Europa liderada por Merkel prefere apostar em brutais programas de austeridade.

É este o modelo que aprofunda e acentua a desigualdade no mundo. Não é preciso ser adepto da teoria marxiana para perceber, basta ver como o economista Piketty (2014) chega a seus resultados para esclarecer que estamos num abismo de reconfiguração do mapeamento social - em níveis de regressão da desigualdade que a própria modernidade ocidental sempre pregou acabar. Seja nos Estados Unidos ou seja no Brasil.

Os mecanismos de austeridade apregoam a máxima neoliberal: o mercado é mais eficiente que o Estado. O resultado são sucessivas rodadas de de-re-regulação do Estado que se torna cada vez mais um comitê gestor da burguesia, como se referiu uma vez Marx e Engels. Quando não os próprios burguesas ocupam os cargos políticos, práticas que se tornaram comum na contemporaneidade.

Assim, não é de estranhar a rapinagem empregada para dilapidar o que resta de oportunidades de investimento para capitais sobreacumulados, por meio das privatizações e da dívida pública. Eis, a face mais tremenda do turbocapitalismo de rapina (KURZ, 2003).

São várias as estratégias para “permitir a transferência de recursos dos mais pobres para os mais ricos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.38). Isso dissemina-se em todo o mundo. Para citar alguns textbook examples seria impossível não remeter ao caso da Grécia, que acabou quebrada com a crise de 2008/2009, se viu coagida pelo restante da união europeia, em especial a Alemanha de Merkel, a aprovar um pacote de austeridade contra a sua população e soberania nacional. Evidente que a solução nunca veio, pois a austeridade é uma forma de enriquecimento de poucos - mesmo depois de quinze pacotes com medidas de austeridades impostas pelos credores internacionais. O mesmo caminho observa-se em outros países europeus, que levou, conforme Robert Kurz (2010), a “eurolândia ser reduzida às cinzas”.

Até mesmo a ciência médica chegou a estudar os impactos da austeridade. A pesquisa coordenada por Karanikolos et. all. (2013) examina como a política de cortes fiscais afetou a saúde pública na Europa. Mais especificamente, na Grécia, Espanha e Portugal, países em que a resposta foi das mais rígidas. A cartilha da Troika orientou que o governo grego cortasse todo investimento em saúde acima de 6% do PIB levando ao fechamento de 370 unidades de saúde, a eliminação de 2 mil leitos públicos, nenhum novo médico contratado entre 2010 e 2013 além de cortes de até 40% no orçamento dos hospitais. Com isso, explodiu novamente a morte por situações consideradas exclusivas de países de terceiro mundo, como infecções hospitalares. Além disso, observou-se também na Espanha e Portugal, o aumento significativo do suicídio associado ao desemprego. Também cresceu o número de transmissão do vírus HIV entre usuários de drogas injetáveis.

Aqui, desde o ponto de observação periférico no Brasil, a austeridade parece ser ainda mais intensa. As estratégias para isso são várias: Se dá isenção fiscal e perdão para dívida das grandes empresas, uma completa ausência de tributação de lucros e dividendos ou de grandes fortunas, até o imposto de renda é uma espécie de austeridade perpétua: desde os governos militares as alíquotas máximas de imposto de renda, que já atingiram 65%, foram reduzidas até o patamar atual de 27,5%. Na Alemanha a alíquota chega a 45%, na Suécia 56,7%, na Turquia 35% e no México 30%.

Neste sentido, vale conferir o que Bastos (2015, p.14) já adiantava sobre o destino nesta crise infinita do capital:

Nova rodada de abertura de mercados, novas desregulamentações, novas privatizações, novos cortes de direitos e programas sociais, nova flexibilização de direitos trabalhistas. Quem tem o dólar, manda. Ciclo após ciclo, novas rodadas de austeridade cortam aquilo que a crise anterior não cortara. Ao invés da utopia da harmonia mercantil, a distopia da austeridade permanente é o destino maniaco do capitalismo neoliberal.

O regime de governabilidade baseado na austeridade neoliberal é melhor representada pela expressão de Paulo Arantes (2014, p.441): “um colapso administrado”. Essa administração baseada na razão puramente econômica – calcada nos discursos demagogos – é, bem como argumenta David Harvey (2009) um processo de reorganização das geometrias de poder na sociedade, que passam, novamente, para as mãos da burguesia (agora, não mais a industrial, como do século XIX, mas a financeira, propriamente do século XXI).

Desejos

Uma das formas de dominação instaurada diante deste colapso administrado está na conformação de uma determinada subjetividade alinhada com os próprios preceitos da debacle da civilização moderna ocidental. Uma vez que as salvaguardas ideológicas do capitalismo deram em água, rifadas rapidamente frente a iminência da crise, este modo historicamente específico de mediação social teve que se metamorfosear para continuar existindo - a mutação, entretanto, indica exatamente a força deste “sujeito automático” que Marx mencionará nos Grundrisse.

Muita tinta já foi gasta quanto a isso, mas talvez um dos estudos mais completos sobre a dinâmica de subjetivação no capitalismo tardio tenha sido empreendida pela dupla de pensadores franceses Dardot e Laval (2016). Em um arguto livro, a dobradinha se empenhou em reconfigurar uma teoria capaz de dar conta

do capitalismo tardio que se desenhava no horizonte dos anos 1970. Essa “novidade” não poderia, evidentemente, abrir mão do nível fundacional desta forma de mediação, a mercadoria – incluindo aí o trabalho – tampouco seus agentes se movimentam em impedir a acumulação de riquezas, o que aconteceu, portanto, nas palavras de Dardot e Laval, foi a conformação de uma determinada subjetividade: a norma da subjetividade é a empresa.

As implicações são várias, mas a primeira que salta aos olhos é como essa solução, construída ao longo de muito tempo – e cuidadosamente demonstrado pelos franceses –, foi capaz de dar conta exatamente do ponto em questão nas tramas da acumulação. Com a dissolução da forma fordista que acontecia o metabolismo social até a primeira metade do século XX, muito por conta dos saltos tecnológicos que foram alcançados que liberaram trabalho vivo dos circuitos produtivos e levaram a financeirização da economia e da vida, era preciso criar algo que pudesse servir como amálgama social e que continuamente interpelasse os indivíduos colocando-os para trabalhar nesta sociedade sacrificial secular: se não há mais emprego para todos, como fazer para manter a girar as engrenagens da acumulação? Uma das opções foi a criação de todo o regime da ditadura da dívida que configurou o homem endividado (LAZZARATO, 2017). Entretanto, uma série de processos são co-atuantes e levam a “fábrica do sujeito neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016, p.321). O sujeito produtivo das sociedades industriais, do fordismo, da sociedade burocrática do consumo dirigido, já não é suficiente para designar a nova forma subjetividade em curso no mundo. Uma outra dinâmica de subjetivação está em curso.

Neste sentido, Dardot e Laval (2016) argumentam que se trata de um dispositivo de desempenho e de gozo que configura a experiência cotidiana dos indivíduos. Assim, dando um passo além da conformação do homem endividado apresentado por Lazzarato, que, com certeza, configura uma senda de dominação efetiva, Dardot e Laval argumentam que o homem neoliberal é, em última instância, um homem competitivo. Na medida em que a sociedade é modelada pela forma-empresa, a vida subjetiva dos indivíduos também passa a ser gerida por essa força social de conformação.

O momento neoliberal caracteriza-se por uma homogeneização do discurso do homem em torno da figura da empresa. Essa nova figura do sujeito opera uma unificação sem precedentes das formas plurais da subjetividade que a democracia liberal permitiu que se conservassem e das quais sabia aproveitar-se para perpetuar sua existência. (DARDOT, LAVAL, 2016, p.326).

Não se trata, portanto, das formas pretéritas de disciplinamento do corpo, pela

coerção que tratava de adestrar os corpos e torná-los, para dialogar com Michel Foucault, dóceis. Trata-se, por outro lado, de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente mobilizada e envolvida numa atividade que é exigida – sabe-se lá por quem – para que se cumpra. E esta atividade que se exige não é outra coisa senão o trabalho.

Não é contraditório afirmar isso com o diagnóstico anterior dos circuitos de automação da esfera produtiva. O que acontece é uma reconfiguração deste metabolismo social que sai das fábricas, dos empregos de características propriamente fordistas, para uma nova forma de relação social que é, via de regra, sob a égide do neoliberalismo, mais precarizada. Como então colocar os enormes exércitos de precarizados para continuarem trabalhando, mesmo que precariamente? Criar uma identidade que cole completamente a subjetividade com a empresa que, no final, é impossível distinguir uma coisa da outra. Assim, a ideia de empreendedor se torna a força motriz por trás da sociedade neoliberal do capitalismo em crise. O homem já não trabalha para a empresa, ou para um chefe, mas trabalha para si mesmo. Todo o discurso do empreendedor, do colaborador, do selfmade man e seus correlatos elimina a distância entre indivíduo e empresa e coloca como único critério de sucesso – mesmo que estatisticamente seja irrelevante o sucesso como discurso legitimador: a sociedade meritocrática do empoderamento individual é, na verdade, a vitória deste poder abstrato.

A máxima de Margaret Thatcher, “não há sociedade, somente indivíduos”, é talvez a melhor síntese deste movimento. Afinal, nem mesmo há companhia empresarial, somente indivíduos que trabalham e concorrem entre si como o mais eficiente e a melhor “empresa de si”. Um parêntese: mérito do Brasil ter uma revista de empreendedorismo chamada Você S/A – de fato, parece haver, como diz Paulo Arantes (2004), uma fratura brasileira do mundo, que indica o porvir de todo o resto do planeta.

Toda a vida de cada pessoa, portanto, é colocada em movimento animada pelo imperativo da competição – vejamos, o mesmo imperativo que solapa a condição de possibilidade para a acumulação de capital ocorrer uma vez que pressiona os capitais individuais a desenvolver estratégias de ganho de produtividade. Mas se trata agora do nível mais íntimo do sujeito, que deve se manter na disputa, a custo de toda parafernália tecnológica e substâncias estimulantes – das lícitas até, é claro, as ilícitas. O ponto alto desta irracionalidade da administração tardia das populações talvez tenha sido melhor representado pela ficção de Costa-Gravas no filme *Le Couperet*, de 2005. O engenheiro químico Bruno Davert (José Garcia) perde seu emprego por motivos de flexibilização da produção. Dois anos depois e ainda desempregado, ele descobre a solução para eliminar a concorrência no mercado de trabalho, na guerra entre os homens empresa de si: matando, literalmente, seus

rivais.

Metáfora à parte, é exatamente esse mesmo processo em curso no mundo de hoje que conforma os indivíduos ao nível de seu desejo: “A gestão neoliberal” – diz-nos Dardot e Laval (2016, p.327) – “é um governo lacaniano: o desejo do sujeito é o desejo do outro”. Diante disso, tem-se toda sorte de aprimoramento desta empresa que é o seu próprio ser – basta uma rápida olhada nas estantes das livrarias nas seções de auto-ajuda ou de orientação profissional. A empresa de si mesmo mobiliza um ethos da autovalorização que toma a todos num nível de não-reflexividade no qual a única resposta possível é aderir a esse funcionamento com “energia, iniciativa, ambição, cálculo, responsabilidade pessoal. Trata-se de um indivíduo competente e competitivo, que procura maximizar seu capital humano em todos os campos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.333).

O neoliberalismo se dá como um estado avançado da acumulação primitiva sobre territórios não mais geográficos, mas afetivos, uma colonização do desejo. Colonizar o desejo, aqui, significa automatizar o comportamento sacrificial e competitivo. Emana das (des)estruturas do neoliberalismo um sentimento ambíguo de simultaneidade entre derrota e vitória na execução das tarefas mais triviais da vida cotidiana. Esse parece ser o ponto crucial do mais-de-gozar específico do neoliberalismo, uma constante possibilidade de pôr tudo a perder ou tudo a ganhar. Ser homem empresa de si é, no fim do dia, habitar uma extrusora na qual o medo comprime contra a parede vazada do gozo. Wendy Brown (2018) ainda nos chama atenção para este que não é um detalhe, mas que poderia passar despercebido: este comportamento empreendedor diligente e responsável não é recompensado. Daí que o mal-estar da não recompensado há que ser operacionalizado uma e outra vez pelo capital neoimperial para que este não se torne fonte de revoltas contra suas próprias estruturas.

Guerras

As transformações nas formas de acumulação de riqueza e de dominação social também indicam uma forma nova do padrão de relacionamento entre os estados-nacionais que formam o sistema-mundo no capitalismo tardio. Talvez, para compreender a própria sobrevivência do capital como mediação social hegemônica, seja necessário compreender os rumos dessa travessia.

As chagas sanguinolentas do colonialismo dos séculos XV até XVIII e o imperialismo violento do século XIX e início do XX foram formas historicamente determinadas de relação entre as nações que atendiam ao imperativo de pujança de expansão externa derivada do próprio funcionamento interno do capital - Marx (2013), n'O Capital, já havia exposto uma teoria moderna da colonização. A sobrevivência

deste sistema só era possível mediante a tomada violenta de novos territórios que seriam integrados as raiais da acumulação (como reservas de matéria-primas, de força de trabalho e, em algumas situações, como mercados consumidores de bens industrializados), bem como nas tramas do poder e dominação da modernidade (LENIN, 2011).

Marcados nos anais da história à ferro e fogo, os capítulos do colonialismo e imperialismos são fundamentais para se compreender a formação da globalização. É exatamente a partir dessa forma pretérita de globalização que os territórios colonizados passaram a integrar o sistema-mundo capitalista de maneira subalterna, dependente e periférica (HOBSBAWM, 2015). Tal cenário, por consequência, determinou como cada um destes países passou a integrar a globalização capitalista, sujeitos ao poder de exploração e os interesses das potências coloniais e que configurou o próprio desenvolvimento de um capitalismo periférico (MARINI, 2005; FRANK, 1966).

Entretanto, o padrão do relacionamento entre as nações começou a se alterar a partir da segunda metade do século XX em que a força dominadora a mercadoria já havia se estendido para todo o mundo. Não havia mais para onde expandir o modo de produção do capital o que coloca cada estado-nação numa situação beligerante, promovendo uma expansão territorial dos próprios estados e de suas áreas de influência. Toda a Segunda Guerra Mundial (1939-1946) já estaria, de alguma forma, neste registro. Tanto é que seu fim foi uma espécie de continuidade deste mesmo princípio, em uma série de conflitos violentos mas que nunca chegou a esquentar num conflito direto entre as duas potências do mundo bipolar durante a Guerra Fria: a URSS e o EUA.

A tecnologia, todavia, alterou também a forma de se guerrear. A indústria bélica é uma das que viu, durante o século XX, o desenvolvimento mais acelerado. Do uso da aviação, dos mísseis teleguiados e da química como elementos importantes nos conflitos do início do século XX, as bombas nucleares se tornaram a tecnologia bélica decisiva: elas são usadas como instrumentos de barganha e negociação – em várias escalas, pois o uso efetivo inviabilizaria o território que fossem adotadas como tática militar. A doutrina M.A.D [Mutually Assured Destruction] era uma das poucas certezas do fechamento do século XX. Com isso, um novo padrão de exercício da geopolítica foi sendo gestado no coração do capitalismo:

Após a segunda guerra mundial, um pacto tácito entre as nações perdedoras e a vencedora modificou o teor da disputa militar, de forma intensiva. Novos papéis foram criados para a continuidade do jogo de dominação capitalista mundial, centrada agora na hegemonia dos Estados Unidos sobre o resto do mundo.

A Organização das Nações Unidas (ONU), espaço concreto de construção geopolítica da nova configuração hegemônica mundial, será um dos meios de propaganda ideológica mais enfáticos sobre a nova era da “paz” sob o domínio hegemônico americano. As instituições criadas pelo acordo de Bretton Woods na década de 1940, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BIRD), são outros exemplos de mecanismos criados para renovar a dependência dos países tecnologicamente menos desenvolvidos mundialmente (TRESPADINI; BUENO, 2014, p.199)

Há uma evolução da guerra que assustaria Maquiavel, Kant ou Sun-Tzu: Do campo de batalha à guerra de trincheiras, da guerra de trincheiras à blitzkrieg, da blitzkrieg aos drones - esse dispositivo unilateral, em que apenas um lado do campo de batalha sofre baixas (CHAMAYOU, 2015). Mas hoje, Trespadini e Bueno (2014, p.201) chamam atenção, a guerra dá mais um passo: chega em “todos os espaços civis”. A nova forma de dominação geopolítica é a conexão ao mercado mundial. Há, de uma certa maneira, uma passagem de uma geopolítica do poder matar para uma geopolítica do poder comprar - evidente que a última não suprime por completo a primeira, mas lhe atribui uma nova função. O que se evidencia na atual guerra comercial travada entre os Estados Unidos e a China. Por detrás dos cortes, sanções e boicotes, Kishore Mahbubani (2018) não deixa passar despercebida a disparidade dos gastos com defesa nacional das duas potências. Enquanto os EUA gastaram 3,3% do seu PIB em defesa nacional, no ano de 2015, a China gastou apenas 1,9%. É como se os EUA, prevendo a derrota na presente guerra, já se preparasse para a próxima.

Essa é a natureza do Novo imperialismo que David Harvey (2006) comenta. Embora as guerras, em sua expressão de conflitos militares direto, nunca tenham saído do horizonte da acumulação, este novo imperialismo tem uma natureza mais difusa que realiza seu objetivo de uma maneira tão eficiente quanto: agindo sobre os territórios de países que possuem posições estratégicas no globo ou atrás de recursos minerais, o poder da dominação hoje é exercido de outras maneiras além do emprego militar da força - embora a própria manutenção dessa força seja sempre a condição de possibilidade para o exercício sem seu emprego direto. Seria interessante nota que este novo imperialismo, na verdade, indica uma mutação em sua forma de realizar a influência imperial, mas não em seus objetivos. Basta ver a atualidade do que escreveu em 1916, Lenin (2011, p.288):

A particularidade fundamental do capitalismo moderno consiste na dominação exercida pelas associações monopolistas dos grandes padrões. Estes monopólios adquirem a máxima solidez quando reúnem nas suas mãos todas as fontes de matérias-

primas, e já vimos com que ardor as associações internacionais de capitalistas se esforçam por retirar ao adversário toda a possibilidade de concorrência, por adquirir, por exemplo, as terras que contêm minério de ferro, os jazigos de petróleo, etc.

Se se concorda que os objetivos do novo imperialismo continuam, ao menos, muito parecidos com o imperialismo do final do século XIX, seria necessário entender em que se alterou. Como acontece este novo imperialismo, em que a guerra aberta, com emprego de coluna de tanques e um esquadrão de bombardeiros B-52, não é mais largamente apresentado como uma opção imediata. Parece ainda ser necessário entender como essa transformação ocorre. É este o esforço de Korybko (2018) em seu livro Guerra Híbrida: das revoluções coloridas aos golpes.

Embora o termo não seja uma criação de Korybko [3], foi o analista político russo que desenvolveu-o como uma categoria analítica importante para compreender fenômenos da geopolítica do mundo presente.

Segundo o autor, guerra híbrida é uma nova tática político-militar de quinta coluna empregada por agentes externos [4]. Este agente externo incita conflitos identitários no Estado-alvo, que visam fragilizar ou até mesmo substituir governos que não estão alinhados à sua política e que não atendem seus interesses. O alvo prioritário das práticas da guerra híbrida seriam os países que das duas umas: i) ou o alinhamento direto poderia fortalecer o poder das potências neoimperiais; ii) ou as práticas destes países ameaçam a hegemonia geopolítica das potências neoimperiais. Na atual conjuntura, isso pode ser traduzido no ataque norte-americano ao alinhamento das forças político-econômicas afro-eurasiáticas em torno das Novas Rotas da Seda e dos BRICS.

No alvorecer do século XXI, há uma mudança no emprego da estratégia norte-americana. Ao invés de invadir militarmente os Estados-alvo ou de apoiar golpes e ditaduras militares como fez em toda a América Latina no último século, a nova configuração do sistema-mundo, repleta de aparato militar de alta sofisticação e poder destrutivo, torna cada manobra militar uma operação de alto risco estratégico, o que exige modelos de guerra indireta. As tradicionais operações militares dão lugar a operações de incitação de levantes civis, as chamadas revoluções coloridas. O processo se dá segundo um método muito bem descrito pelo autor. Resumidamente, tudo se inicia pela internet, com a circulação de ideologias liberais incompatíveis com a conjuntura do Estado-alvo. Este material ideológico é produzido e difundido por ONGs e think tanks estrangeiros. A assertividade psicológica desse material se dá através de delicados mapeamentos via mining data, como os que a Cambridge Analytica recentemente executou nas últimas eleições, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil. Somado à este

3. Segundo Rác (2015 apud LEAL, 2016), a expressão “guerra híbrida” foi utilizada pela primeira vez em 2002 pelo Major William Nemeth do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América para o caso da Chechênia.

4. Até o momento os Estados Unidos são o único país detentor dessa tecnologia, que pode ou não se popularizar ao longo da próxima década.

material ideológico de ampla circulação nas redes, ativistas locais são treinados e se tornam influentes difusores de táticas não-violentas e revolucionárias de rua. Tudo isso é azeitado com dinheiro internacional. A intenção é clara: a produção de um movimento local orgânico - e aparentemente espontâneo - antagônico ao governo local.

A assertividade dos treinamentos gera no movimento local certo automatismo tático, o que fortalece seu caráter supostamente espontâneo. Quando o movimento está suficientemente coeso um evento é acionado. Este evento funciona como gatilho para que o movimento descarregue toda a energia acumulada, indo com força total para o espaço público - geralmente a praça principal da capital - a fim de destituir o governo local em nome de uma ideologia libertária e ocidentalizada. A resultante é o enfraquecimento do governo ou a sua eventual troca por outro mais alinhado aos interesses neoimperiais. A combinação ruas e redes, em que residiam muitas das apostas progressistas à época da primavera árabe, deve ser entendida como um traço fundamental da guerra híbrida. Não é de se estranhar, portanto, a afirmação de Korybko, de que os soldados desta guerra não são mais soldados propriamente ditos, mas são protagonistas desvinculados do Estado e civis que atuam na linha de frente desta guerra.

Essa tática é, ao mesmo tempo, menos sensíveis do ponto de vista das reações políticas e militares, tanto no interior do Estado-alvo quanto da política internacional. Isso porque, uma vez que os ataques são desferidos pela própria população civil, o Estado-alvo se vê em uma situação muito delicada, cuja reação dificilmente consegue acompanhar o timing das revoluções coloridas.

Entretanto, a revolução colorida é apenas a primeira etapa da guerra híbrida. Caso a revolução colorida não seja suficiente para lograr os objetivos do ataque, será acionado um segundo mecanismo, a saber, a guerra não convencional. Guerra não convencional, como o nome sugere, deve ser entendido como qualquer outro mecanismo de combate perpetrado contra o Estado-alvo que não seja a guerra clássica entre forças armadas inimigas. Um tipo de vale tudo, onde a violência física generalizada desenlaça - mesmo que por um período relativamente curto - todos os vínculos entre a sociedade e o governo.

"A economia é o método. O objetivo é mudar o coração e a alma". Ninguém poderia supor que os rumos dos corações e almas neoliberais se tornassem tão literalmente sacrificiais. O ensaio do fotógrafo inglês Tom Jamieson, intitulado *Tools of a revolution*, é um registro das armas portadas pelos insurgentes dos protestos de Maidan, Ucrânia, em fevereiro de 2014. Este ensaio nos dá uma amostra da barbárie que pode atingir um conflito entre insurgentes e tropas - policiais ou militares.

Fig 2. Tools of a revolution de Tom Jamieson.
Fonte: tom-jamieson.com/weapons

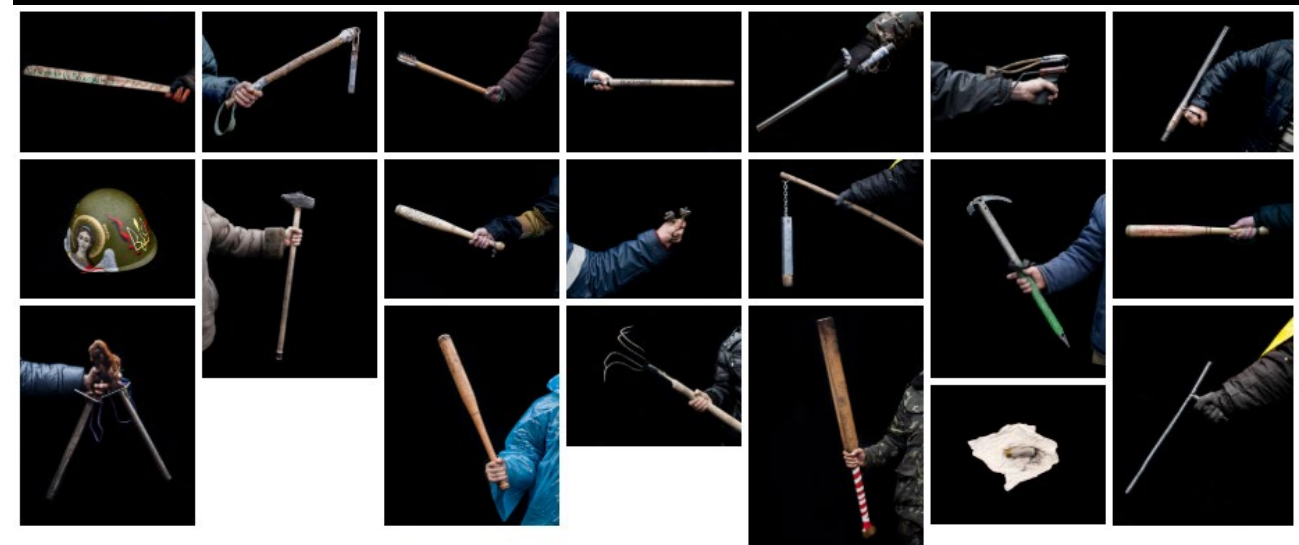


Fig 3. Tools of a revolution de Tom Jamieson.
Fonte: tom-jamieson.com/weapons

Colônia

Seria impossível entender o cenário geopolítico das movimentações críticas do capital sem entender a posição que cada país ocupa neste mundo globalizado. O passado colonial, como mero campo de exploração de riquezas naturais, é determinante. A forma de inserção das colônias na pretérita globalização no século XVI levou a uma forma de economia “desenvolvida” subalterna e dependente.

Neste sentido, é preciso ter em mente a contribuição à teoria marxiana de Ruy Mauro Marini. Ele foi, talvez, um dos que melhor conseguiu avançar em direção de uma economia da dependência. Seu argumento é que os trabalhadores dos países periféricos e dependentes recebiam abaixo do valor necessário para sua reprodução – o que leva a duas consequências imediatas. Um regime de mais-valia extraordinária que era escoada para irrigar os circuitos internacionais de valorização e uma reprodução da força de trabalho de forma precarizada às custas do próprio trabalhador. À esse fenômeno, Marini chamou de superexploração da força de trabalho.

Essa realidade indicou uma forma de inserção na economia capitalista globalizada que reforçou o caráter colonial. Por este caráter colonial, queremos designar que as economias periféricas estariam sujeitas a atender às demandas colocadas pelas metrópoles. O que significa que seu próprio desenvolvimento é impossível, ou, dito de outra forma – valendo da formulação de Gunder Frank (1966) – o subdesenvolvimento tem sua própria maneira de desenvolver. Toda a história na periferia não é outra coisa senão a história do desenvolvimento dos centros.

Parece haver uma espécie de inércia histórica que encaminha o destino manifesto colonial dos pobres diabos periféricos. A história do Brasil é um tanto ilustrativo disso, conforme narrado por Carvalho e Guerra (2017). Entretanto, interessa-nos entender a inserção – derivada desta situação – contemporânea.

Desde a redemocratização, a vida política interna e a geopolítica internacional do Brasil são marcadas por um efeito balanço que passa de um extremo a outro. Em 1988, com a promulgação da Constituição Cidadã a expectativa que havia era a ampliação do Estado Democrático de Direito com a afirmação e reconhecimento de direitos sociais com a aplicação de políticas públicas de caráter universalizantes. Esse momento foi substituído na década seguinte com uma experiência dependente de ajuste alinhado a política de austeridade do capitalismo financeirizado. Nos anos 2000, em especial a partir de 2005, foi possível, no governo de Luís Inácio, uma certa inclusão e difusão de direitos – embora precariamente sustentada pelo boom das commodities (FIORI, 2007). No momento em que há essa ruptura do ciclo de exportação ocorre um rearranjo das forças

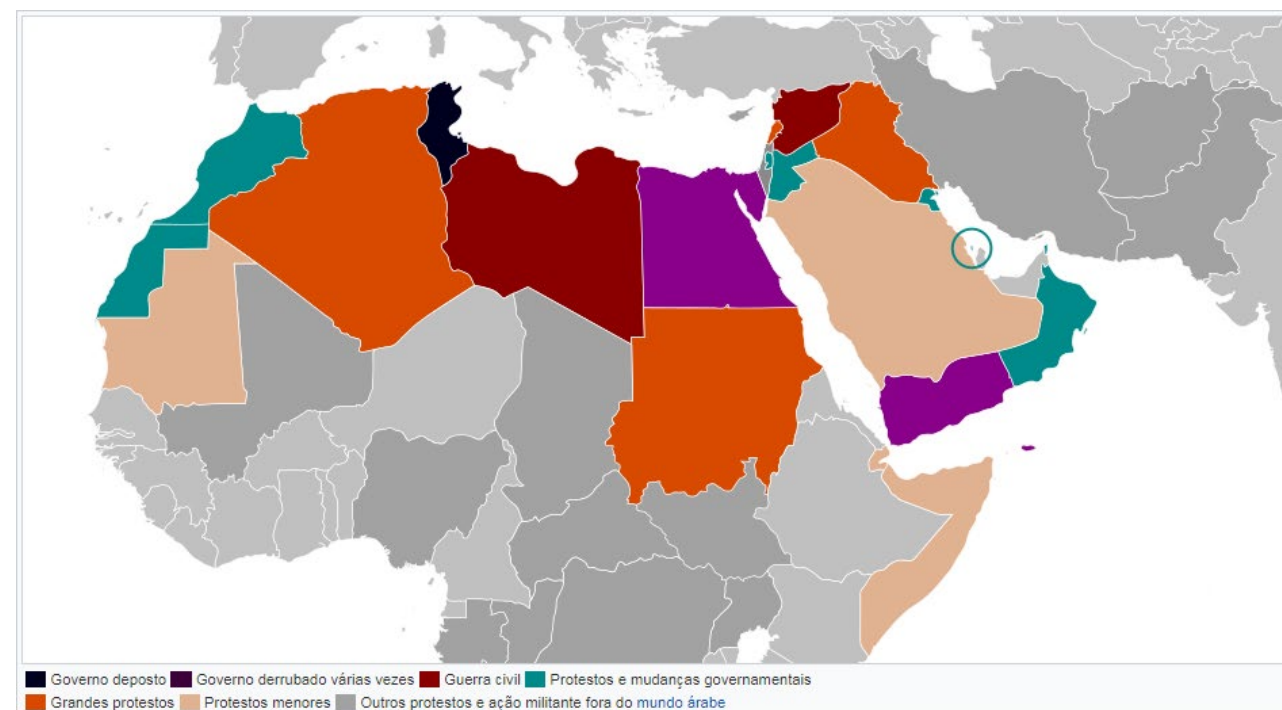
políticas e econômicas do país para direcionar o país rumo ao retorno de uma dependência aos grandes centros, se tornando – ou retornando – a posição de uma plataforma de valorização financeira sob o comando de um capital internacional predatório e violento, ansioso por valorização.

Este modelo de ajuste dos ponteiros do relógio do Brasil com o tempo em aceleração do mundo configura um modelo extremamente sofisticado de renti-extrativismo com uma situação social altamente precária e que, ao que tudo indica, com uma clara tendência de regressão.

Quando o colonialismo otocentrismo não está ampliando suas linhas de renti-extrativismo está impedindo a emancipação de países que, a duras penas, emergem lentamente. E aqui se apresentam contradições muito bem exploradas por Kishore Mahbubani (2018). Segundo o autor, hoje, o que os países europeus poderiam fazer de mais sensato é o investimento no desenvolvimento dos países do Norte da África. O que significaria, seguindo o raciocínio do presente texto, tomar frente exatamente dos processos de urbanização, promovendo melhorias das condições gerais de vida nos Estados africanos e ampliar as linhas de extração de mais-valor excedente – cuja escassez é a fonte da queda do crescimento econômico dos países centrais do ocidente. Ao contrário disso, as primaveras árabes – incitadas pelos EUA, membro da OTAN – desestabilizaram os países norte-africanos, que tem como efeito um aumento do processo migratório rumo à Europa. Aqui nota-se uma clara divisão de interesses entre o Leste e o Oeste do Atlântico Norte.

Fig 4. Estados-alvo das primaveras árabes.

Fonte: pt.wikipedia.org/wiki/Primavera_Árabe





5. Comando dos Estados Unidos para a África, é um dos nove comandos de combate unificados regionais das Forças Armadas dos Estados Unidos.

Fig 5. Eternity-Painted Terracotta Statue of Heavenly Guardian, de Xu Zhen.
Fonte: frieze.com/event/xu-zhen-store

A burrice otocentrista não para por aí. Ao que tudo indica, quem ficará com os lucros do beneficiamento urbanístico do continente africano será a China. Segundo o jornalista investigativo independente e especialista em análises geopolíticas, Pepe Escobar (2018), no último Fórum sobre Cooperação China-África (FOCAC) em Pequim, o presidente chinês, Xi Jinping, anunciou um pacote de US\$ 60 bilhões, dividido entre doações e empréstimos sem juros, linhas de crédito; financiamento do desenvolvimento africano e de exportações da África para a China. Este montante é um complemento aos outros US\$ 60 bilhões já prometidos na cúpula de 2015. As operações envolvem cerca de 3.300 empresas chinesas investindo em telecomunicações, transporte, geração de energia, parques industriais, abastecimento de água, e aluguel de máquinas para construção, varejo, escolas, hotéis e hospitais. Uma parceria comercial que excede em muito as importações de commodities. A China, que é o principal parceiro comercial da África desde 2009, inicia agora um processo de disputa de território com a AFRICOM [5], que investe em bases e operações militares no território africano e não beneficia em nada os padrões de vida no continente.

A obra Eternity-Painted Terracotta Statue of Heavenly Guardian, do escultor chinês Xu Zhen, talvez seja melhor imagem da relação chinesa com o colonialismo. O Guardião Celestial, um monstro guerreiro de terracota, se apodera da abstração moderna ocidental para ostentá-la. Não se trata de uma relação descolonial, mas de uma subversão da colonialidade: apoderar-se das “melhores práticas” ocidentais, sem por isso deixar de ser chinês de terracota.

Mas retornando ao pensamento colonial, este parece reproduzir um padrão que solapa as linhas de horizonte da própria produção do valor. No Brasil não é diferente. O golpe de 2016 não destituiu apenas o governo PT, mas atacou diretamente o maquinário produtivo nacional que concatenava a produção de valor e de IDH. O uso ostensivo de construtoras em operações como o Programa Luz Para Todos, Minha Casa Minha Vida, PAC 1 e 2, Água Para Todos, REUNI, a Transposição do Rio São Francisco, dentre outros, foi capaz de popularizar o acesso aos benefícios da vida urbana e irrigar a economia nacional - e internacional, via mecanismo de dívida - com mais-valor excedente oriundo da construção civil. Este mecanismo foi solapado pela limpeza pretensamente ética da Operação Lava-Jato, que desintegrou as principais empresas de construção pesada do país.

Ao que tudo indica, o desejo do grande capital ocidental de manter povos subalternos localizados em regiões muito específicas do mapa mundi, por vezes parece maior do que o de manter sua atividade principal, a extração de mais-valor.

Golpe

O primeiro semestre de 2016 foi marcado pelos trâmites do impeachment de Dilma Rousseff, presidenta eleita do Brasil, muito embora, como lembra Mascaro (2018, p.73), “não restam incólumes as invalidades quanto a processos e casos como o do impeachment de Rousseff ou da dita Operação Lava Jato”. Com pompas de legalidade a avaliação crítica revela que o processo não passou de um golpe jurídico-parlamentar a fim de implementar uma agenda neoliberal (BRANDÃO, 2017). O próprio Michel Temer, em uma reunião com empresários de Nova York em setembro de 2016 – meses após o impedimento de Dilma – afirmou que Dilma Rousseff deixou o poder porque não apoiou o programa lançado por ele, a chamada Ponte para o Futuro. O programa descrito no documento é, antes de tudo, uma adesão às políticas neoliberais que elevam à enésima potência a adoção destas políticas que vem acontecendo com maior ou menor intensidade desde a redemocratização de baixa intensidade. Entretanto, por mais que se possa fazer uma crítica aos governos do PT de Dilma e, antes dela, Lula, o golpe jurídico-parlamentar é a ponta de lança da implementação de uma agenda neoliberal. Significa uma inflexão na forma que, historicamente, o país se inseriu na economia mundo. A intenção do golpe foi só uma: “Ditar um horizonte distinto – derrotado nas urnas de 2014 –, simbolizado pela Ponte para o futuro, de um neoliberalismo pronunciado e regressista” (MASCARO, 2018, p.73). Muito embora essa univocidade do projeto, sua forma de expressão é legião.

Com isso, o cenário que começou a se formar no Brasil representa uma maneira sui generis que os capitais e seus agentes operadores encontraram para conseguir manter taxas de lucro, mesmo que dilapidando conquistas de direitos sociais, aumentando a exploração do trabalho e entregando das riquezas naturais do Brasil.

O golpe anuncia a retomada da agenda da privatização com intensidade não vista desde os Fernandos (Collor de Melo e Henrique Cardoso), lançando, especificamente com a entrega do pré-sal, uma pá de cal sobre o que restava da soberania nacional - adotaremos o script colonial prescrito pelas economias ocidentais. Parte das novas privatizações vêm acompanhadas de certas sofisticções, destaque para o modelo de seguridade que vem sendo aplicado em várias escalas das concessões em Parceria Público-Privada, em que os lucros ficam com as empresas e os prejuízos com o Estado, conferindo ao envelhecido sistema capitalista a virilidade que exige de si no mercado financeiro. Talvez, o maior prejuízo vinculado às privatizações sejam as alterações nos eixos de rigor no interior das relações de produção. Casos como o rompimento da Barragem do Fundão em Mariana-MG (2015), a crise hídrica no Estado de São Paulo (2014), os apagões em escala nacional (2001), estão diretamente ligados à avidez financeira

acampada na operação de serviços vitais ao povo brasileiro. Seguindo este rumo pós-golpe parece que atravessaremos um mar de lama que, muito provavelmente, não será apenas uma figura de linguagem. Esta situação ganha contorno semelhante também na Argentina, com a eleição de Mauricio Macri, que tomou como uma de suas primeiras medidas um acordo com os fundos abutres, mantidos por investidores internacionais que esperam ganhar cerca de 1600% com o investimento realizado. Não por outro motivo, é claro, ocorreu na Argentina uma jornada de protestos contra essa agenda ultra-neoliberal em meados de 2018.

Ao mesmo tempo, a grande virada a ultraliberalização que o golpe jurídico-parlamentar-midiático contra Dilma Rousseff lançou um novo momento de inflexão na austeridade, com a aprovação da emenda constitucional 95/2016, que ficou famosa sob a alcunha de PEC do Teto, que congela durante 20 anos o investimentos em determinados setores. Esse tipo de medida de austeridade serve para destinar recursos para o pagamento de juros da dívida que, por sinal, nunca é paga.

À vida cotidiana e popular, o golpe anuncia o achatamento das possibilidades de trabalho. Esse estreito horizonte revela apenas a patológica combinação de empreendedorismo, terceirização e austeridade, claramente nociva à saúde da classe trabalhadora, acompanhado da intensificação de acidentes, doenças do trabalho e depressão, que, simultâneos ao declínio do Sistema Único de Saúde, configuram o cenário de um desastre. A acumulação por espoliação (HARVEY, 2006), ou seja, o saque da renda das populações mais vulneráveis, seguirá com a alta dos juros, dos aluguéis e das passagens que subirão (como já o fazem) mais que a inflação, enquanto os salários reais irão encolher ano após ano. O desemprego, cada vez mais, se tornará o fôlego para que, diante de um sistema de assistência social rarefeito, a população precarizada possa se mobilizar e cuidar de si mesma, e quem sabe, de quando em vez, ser financiada pelos mesmos bancos (travestidos de fundações caridosas e o braço ongueiro) responsáveis pelo legado da precarização. Para manter a entoada dada ao longo deste artigo, valeria a pena ater-se um pouco mais as consequências e, claro, as motivações, das implicações da aplicação do corolário do consórcio golpista no mundo do trabalho:

Em 13 de Julho de 2017 foi sancionada pelo atual governo a lei nº13.467 que flexibiliza relações trabalhistas. Vale lembrar: ao assumir o poder executivo depois deste golpe, Michel Temer, em um de seus primeiros pronunciamentos – além de pedir confiança – pede a colaboração de todos os brasileiros para superar a crise: “não fale em crise, trabalhe!” Parece que o próprio Marx (2012, p.24), ao fazer a Crítica do programa de Gotha, ainda em 1875, já sabia que “os burgueses têm excelentes razões para atribuir ao

trabalho essa força sobrenatural de criação” – a riqueza deles só é possível como resultado da apropriação do trabalho alheio. Assim, o pedido do pronunciamento de Temer tem que ser lido retrospectivamente com sua proposta de reforma trabalhista: nós daremos todas as condições jurídicas e legais para que vocês possam trabalhar mais (para nós!) (CANETTIERI, 2018, pp.28-29).

A crise de acumulação obriga aos países periféricos dependentes e subalterno um tipo específico de postura: subserviência aos ditames neoimperialistas e o completo compromisso com o provimento dos fluxos de riquezas que devem continuar a irrigar o coração sombrio do capital. Mais exploração direta é o fim desta linha, juntamente, com não outro cenário senão o corte das políticas sociais, a precarização da educação, da saúde e de outros setores, para o enriquecimento de alguns. Mas, como não poderia ser diferente, no mundo do golpe jurídico-parlamentar, o governo brasileiro ilegítimo aprovou o aumento de 16,38% dos salários astronômicos de juizes, os parlamentares se mantiveram fora dos cortes previstos na reforma da previdência e o aumento do repasse das verbas públicas para a Globo.

A oportunidade para capitais estrangeiros em busca de valorização é grande:

Efetivamente, frações do capital brasileiro, como as da construção civil, as de alimentos - carnes, frango, soja – e, incidentalmente, a Petrobras, a Embraer e algumas empresas estatais, como bancos, se fazem mais presentes na concorrência capitalista internacional. Nesse campo, o golpe de 2016 é a busca de um restabelecimento de um modelo anterior. A quebra das empresas nacionais se apresenta como uma inegável oportunidade estratégica de acumulação por parte de capitais competidores externos, seja por meio de espoliação - como no caso da tomada de campos de pré-sal das mãos da Petrobras -, seja por meio da reconquista de espaços comerciais a partir da quebra das construtoras brasileiras e de sua correspondente inação no exterior (MASCARO, 2018, p.89-90).

O significado final desta crise é criar no Brasil – e em outros países periféricos e dependentes – um território para a exploração violenta, nua e crua, direta e intensamente exercida em todo o corpo social. No momento em que há uma crise intrínseca à própria racionalidade “irracional” do capital que solapa suas formas de sobrevivência, esta agora é mantida às custas de corpos periféricos, sujeitos a este poder abstrato. Devemos, portanto, ver este momento inaugurado com o impeachment de 2016 como uma inflexão ultraneoliberal que reforça o

lugar subalterno da economia brasileira no sistema-mundo. O resumo das terras tupiniquim: não passam de reserva de mais-valor absoluto para ser exprimido sem o menor compromisso social, ambiental ou, até mesmo civilizatório.

A acumulação há de ser salva, à custa do prolongamento da jornada de trabalho da mão de obra remanescente, de um crescente aumento de sua intensidade e da drástica redução da proteção ao trabalho. A reestruturação trabalhista, que protege os capitais em detrimento dos trabalhadores, redireciona o horizonte do trabalho a uma estética e política escravagista, principalmente em países periféricos que, devido a sua condição de dependência e subalternidade, se encontram, na divisão do trabalho, como responsáveis pela transferência de valor para os capitais sediados nos países centrais. A condição da classe trabalhadora na periferia global é muito mais precária. O sistema de superexploração coloca homens, mulheres e, não raro, idosos e crianças num regime exaustivo de subemprego precário para garantir a manutenção da produção de mais-valor. É essa a interpretação que temos que ter quando levamos em conta as paisagens precárias e expansivas das favelas, os gigantescos deslocamentos até o trabalho, a violência estrutural e outras mazelas sociais que assolam historicamente esses países. Com a crise do capital, a tendência não pode ser outra que não o aumento estratosférico da expressão dessa condição, para continuar a permanente acumulação.

O golpe, enquanto inflexão econômica e social no Brasil, cumpre algumas funções: 1) econômica, diante da crise nos regimes de acumulação e a passagem para sua forma fictícia, a saída é a intensificação das explorações sistemática como forma de continuar extraindo e acumulando mais-valor; 2) legislativa, de reformular o Estado como anteparo entreguista e colonial para a estância confortável dos capitais internacionais na nova ordem de acumulação de valor, não mais por produção, mas por espoliação; 3) geopolítica, agravando o processo de recolonização da América Latina, o golpe leva à falência ou à privatização dos setores produtivos nacionais, cumprindo seu papel de posicionar no globo os países falidos e aqueles que ainda serão os remanescentes do setor produtivo, enquanto China e Rússia, mantêm as atividades industriais, o Brasil, junto a toda América do Sul, protagonizarão a falência do setor produtivo; 4) moral, ao solver as estruturas nacionais pela via de uma política reacionária, sexista, racista e violenta, o golpe veste o Estado como frágil e passivo, condiciona a população ao lugar da vergonha e da culpa, produzindo uma nova condição de mal estar na sociedade. “A política no capitalismo” – poderíamos adicionar, na periferia do capitalismo neoliberal globalizado – “é a administração de um frenesi sobre ruínas” (MASCARO, 2018, p.29). Literalmente.

Prospectos

O neoliberalismo como uma forma de transformação da sociedade, com a implementação de certas determinações – sobretudo jurídicas – conformou uma determinada forma de experiência intersubjetiva. Algo intrínseco para seu funcionamento foi suscitar um circuito próprio de afetos que se estrutura baseado no rancor social, das frustrações ou de ressentimentos. A subjetividade concorrencial do homem empresarial conduz, inevitavelmente a este terreno estruturado a partir da competição. Quanto mais a dinâmica de reprodução do capital neste momento se realiza, mais vemos indivíduos serem rifados, deixados à própria sorte e que, quando confrontados com este sentimento de fracasso e frustração, mobilizam as mais destrutivas forças.

O capitalismo neoliberal, conforme apresentado pelo preciso diagnóstico de Mbembe (2017), só pode se realizar plenamente deixando um sem-número de sujeitos completamente destruídos, moídos pelas engrenagens da acumulação e abandonados pelas salvaguardas ideológicas, que passam a se convencer que não existe outro futuro para eles reservado que não seja a contínua violência. A destituição dos sujeitos abre espaço para uma mediação social talhada pelas violências que se tornam difusas e alcançam cada vez mais pessoas. Uma ironia refinada que na sociedade da tecnologia vemos cada vez mais pessoas passando a mais crassa e bruta necessidade.

Diante deste encurtamento de expectativas em relação ao futuro (ARANTES, 2014), as eleições no Brasil de 2018 parecem traduzir com alguma exatidão o momento que se atravessa. Vimos nas campanhas presidenciais, primeiro e segundo turno, um discurso marcado por malabarismos discursivos, fake news e violência. Na primeira semana após o primeiro turno, em que o candidato Jair Bolsonaro abriu uma vantagem de dezesseis pontos percentuais do segundo colocado, Fernando Haddad (PT), foram catalogadas mais de 50 agressões de eleitores de Bolsonaro contra indivíduos contrários aos ideais representados pela candidatura do capitão. No sentido oposto, seis agressões foram registradas. “A política se converterá na luta de rua e a razão não importará. Nem os fatos” (MBEMBE, 2017, s.p.).

A violência da esfera política ganha concretude e, cada vez mais, fica evidente que os rumos da política passam por uma série de expedientes infrapolíticos que, com certeza, deveriam ser melhores destrinchados tendo em conta a formação social e histórica do Brasil. No momento de crise do capital, aqui que representou durante ao menos dois séculos a principal forma de mediação social começa a sair de cena e, o que fica em seu lugar? **Barbárie.**

Referências

ANDERSON, Perry. 1995. O Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ARANTES, Paulo. 2004. Zero a esquerda. São Paulo: Cosac Naify.

ARANTES, Paulo. 2014. Novo tempo do mundo. São Paulo: Boitempo.

BASTOS, Pedro Paulo. 2015. Austeridade para quem? A crise global do capitalismo neoliberal e as alternativas no Brasil. Texto para discussão número 257. Instituto de Economia/UNICAMP: Campinas.

BEAN, C. R.; LAYARD, P. R. G.; NICKELL, S. J. 1986. The Rise in Unemployment: A mult-country study. *Economica New Series*, v.53, n.210, p.1-22.

BENANAV, Aaron. 2010. Misery and Debt: On the Logic and History of Surplus Populations and Surplus Capital. *Endnotes*, n.2, p. 21-39.

BRANDÃO, Carlos. 2017. Crises e rodadas de neoliberalização: impactos nos espaços metropolitanos e no mundo do trabalho no Brasil. *Caderno Metrópoles*, v.19, n.38.

BROWN, Wendy. 2018. Cidadania Sacrificial: Neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. Rio de Janeiro: Zazie Edições.

CANETTIERI, Thiago. 2018. Crise do capital e condição periférica. *Revice*, n.4, v.2.

CARVALHO, Alba Maria; GUERRA, Eliana. 2017. Brasil no século XXI na geopolítica da crise. *Revista de Políticas Públicas*, v.20.

CHAMAYOU, Grégoire. 2015. Teoria do Drone. São Paulo: Cosac Naify.

COMITE INVISÍVEL. 2016. Aos nossos amigos: crise e insurreição. São Paulo: n-1 edições.

CRARY, Jonathan. 2014. 24/7 – Capitalismo tardio e os fins do sono. São Paulo: Cosac Naify.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. 2016. A nova razão do mundo. São Paulo: Boitempo.

DEBORD, Guy. 1997. Comentários sobre a Sociedade do Espetáculo. São Paulo: Paz e Terra.

Diário do Povo Online. 2018. Taxa de urbanização da China aumenta para 58,52%. Disponível em: portuguese.people.com Acesso em: 20 ago. 2018.

ESCOBAR, Pepe. 2018. It's Africa's choice: AFRICOM or the New Silk Roads. Disponível em: atimes.com/article/its-africas-choice-africom-or-the-new-silk-roads Acesso em: 4. Set. 2018.

FERRO, Sérgio. 2008. Arquitetura e Trabalho Livre. São Paulo: Cosac Naify.

FIORI, José Luis. 2007. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul. *IKOS: Revista de economia heterodoxa*, Rio de Janeiro, n.8, ano 6.

FRANK, Andre Guder. 1966. The development of subdevelopment. *Monthly Review*.

GRESPLAN, Jorge. 2012. O Negativo do capita. São Paulo: Expressão Popular.

HARVEY, David. 1989. The urban experience. Baltimore: John Hopkins University Press.

HARVEY, David. 2006. O novo imperialismo. São Paulo: Editora Loyola.

HARVEY, David. 2009. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Editora Loyola.

HARVEY, David. 2018. A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo.

HOBBSAWM, Eric. 2015. A era dos impérios. São Paulo: Paz e Terra.

JAMESON, Fredric. 2011. Representing Capital: A Reading of volume one. New York: Verso Books.

KARANIKOLOS, Marina; MLADOVSKY, Philpa; CYLUS, Jonathan; THOMSON, Sarah; BASU, Sanjay; STUCKLER, David. 2013. Financial crisis, austerity and the health in Europe. *The Lancet*, v.381, p.1323-1331.

KORYBK0, Andrew. 2018. Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular.

KURZ, Robert. 2002. Economia política dos direitos do homem. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz110.htm> Acesso em 22 Ago. 2018.

KURZ, Robert. 2003. As perfídias do capital financeiro. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz159.htm> Acesso em 29 Ago. 2018.

KURZ, Robert. 2012. O empate dos modelos econômicos. Disponível em: <http://o->

beco.planetaclix.pt/rkurz401.htm Acesso em 04 Out. 2018.

KURZ, Robert. 2018. Crise do Valor de Troca. Rio de Janeiro: Editora Consequência.

LAZZARATO, Mauricio. 2017. O governo do homem endividado. São Paulo: n-1.

LEAL, Paulo César. 2016. A guerra híbrida: reflexos para o sistema de defesa do Brasil. Doutrina Militar em Revista, jan./jul. 2016.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. 2018. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar

MAHBUBANI, Kishore. 2018. Has The West Lost It? A Provocation. London: Pinguin.

MARINI, Ruy Mauro. 2005. Dialética da Dependência. In: TRESPADINI, R. STEDILE, J. (Org.). Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. 2010. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Boitempo.

MARX, Karl. 2011. Grundrisse. São Paulo: Boitempo.

MARX, Karl. 2013. O Capital, livro I. São Paulo: Boitempo.

MARX, Karl. 2017. O Capital, livro III. São Paulo: Boitempo.

MASCARO, Alysson. 2018. Crise e Golpe. São Paulo: Boitempo.

MBEMBE, Achille. 2017. A era do humanismo está terminando. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/564255-achille-mbembe-a-era-do-humanismo-esta-terminando> Acesso em 03 fev. 2017.

PEROBELLI, Fernando; CARDOSO, Veronica; CAMPOS, Rodger; VALE, Vinicius. 2016. Avaliação do setor da construção civil para as principais economias mundiais: uma análise sistêmica a partir de uma abordagem de insumo-produto para o período de 1995-2009. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.37, n.2, p.331-366.

PIKETTY, Thomas. 2014. O Capital no século XXI. São Paulo: Intrínseca.

POSTONE, Moishe. 2014. Tempo, trabalho e dominação social. São Paulo: Boitempo.

SAFATLE, Vladimir. 2016. O trabalho do impróprio e os afetos da flexibilização. Veritas, Revista de Filosofia da PUCRS, v.60, n.1, p.12-49.

THOMPSON, Eric. 1967. Time, work-discipline and industrial capitalism. Past & Present, n.38, p.56-97.

TRESPADINI, Roberta; BUENO, Fábio. 2014. Lenin e a interpretação do imperialismo nos séculos XX e XXI. REBELA: Revista Brasileira de Estudos Latinoamericanos, v.4, n.2.

TUPINAMBÁ, Gabriel. 2017. The unemployable and the generic. Palgrave communications, n.73, v.3, p.1-17.

WEBER, Max. 2004. Ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras.

YAFFE, David. 1972. Why the organic composition of capital must rise with accumulation. Disponível em: <https://www.marxists.org/subject/economy/authors/yaffed/1972/note.htm> Acessado em: 20 ago. 2018.

***Thiago Canettieri** é doutorando em geografia pela UFMG. Pesquisador do Observatório das Metrópoles. Pesquisador do Indisciplinar. Integrante do Grupo de Estudos em Marx & Engels, do Grupo de Estudos em Henri Lefebvre e do Grupo de Estudos sobre Financeirização da UFMG.

***Bernardo Neves** é mestrando em arquitetura e urbanismo pela UFMG. Pesquisador do Indisciplinar. Integrante do Grupo de Estudos em Marx & Engels.